

TORRES, Milton. *A epopeia amazônica de Frei Pedro de Santo Eliseu: Viagem (1746)*. São Paulo/Belém: EdUSP/EdUFPa, 2015. 464 p.



Editado em parceria pela Universidade de São Paulo e pela Universidade Federal do Pará, esta obra, em que Milton Torres dá a conhecer a epopeia inédita de Frei Pedro de Santo Eliseu, traz um excelente contributo para os estudos amazônicos. O volume inclui a edição modernizada do poema intitulado *Viagem que por ordem de Sua Majestade, que Deus guarde, mandou fazer o governador e capitão-geral deste estado do Maranhão e Grão-Pará, Cristóvão da Costa Freire, Senhor de Pancas, pelo sargento-mor Pascoal de Lima no ano de 1714 a Nova Cartagena, a repor os castelhanos que se tinham aprisionado antes, governando o mesmo senhor na era de 1709, e foram repostos distante do Grão-Pará 1250 léguas pelo rio das Amazonas acima na mesma província de Cartagena*, a reprodução fotográfica do manuscrito que lhe serviu de base e um fundamental estudo introdutório daquele historiador e poeta gaúcho, que tem revelado e analisado fontes da maior importância para a cultura, a literatura e a história do Brasil. Completa a obra o *fac-simile* dum folheto setecentista em que é referido o grande talento de pregador de Frei Pedro de Santo Eliseu, de quem pouco mais se sabe.

Carmelita calçado nascido em Lisboa e graduado em teologia, Frei Pedro parece ter vivido a maior parte da sua vida no Pará, na casa da Ordem, em Belém, tendo ainda participado em múltiplas atividades da mesma no alto curso do Amazonas e do Solimões, tantas são as minuciosas observações que registra no seu poema. Além desta epopeia, até agora inédita, ele terá redigido uma tradução, igualmente inédita, do *Nuevo descubrimiento del Gran Río de las Amazonas* (Madrid, 1641), da autoria do jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña.

Único testemunho da *Viagem*, o manuscrito apógrafo encontrado na Biblioteca Nacional de Portugal por Torres – que confessou ter buscado, sem êxito, em diversos arquivos e bibliotecas portuguesas e brasileiras o seu autógrafo e outros apógrafos, bem como sermões do sacerdote-poeta – possibilita leitura completa e rigorosa do texto, embora apresente manchas de água em todos os fólios, o que o investigador gaúcho atribui à água usada para debelar o incêndio seguinte ao terremoto de Lisboa em 1755.

Considerada pelo mesmo investigador a segunda mais antiga epopeia brasileira (a primeira, a *Prosopopeia*, é de 1601 e conta com noventa e quatro estrofes em oitava rima, em que se saúdam os bem sucedidos donatários de Pernambuco), a épica de Frei Pedro de Santo Eliseu data de 1746, o que estabelece um longo intervalo relativamente ao seu assunto: a viagem fluvial de Belém do Pará à Nova Cartagena do Goalhaga empreendida em 1713-1714, para a restituição de súditos americanos do rei espanhol, presos aquando do conflito travado pelas duas Coroas Ibéricas, visando ao domínio da região amazônica, e libertos após a assinatura do Tratado de Utrecht. A composição deste longo poema ter-se-á estendido por todo o período subsequente à própria viagem? Pretenderia ainda o sacerdote-poeta operar modificações textuais, não obstante o discurso poemático dê a impressão de conclusivo e maduramente refletido?

Como era de praxe em poemas extensos, o texto épico de Frei Pedro, que se estende por quinhentas e noventa e cinco estrofes também em oitava rima, é precedido por pequenas peças laudatórias: um soneto e o «Labirinto encomiástico, acróstico, epigramático e dedicatório» ao então Capitão-General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Cristóvão da Costa Freire. A epopeia que cobre 1250 léguas da referida viagem fluvial constitui uma extremada etopeia de Dom João V e da Casa de Bragança. Idealista, ela pinta um soberano irreal, poemático apenas, cuja origem e legitimidade são perfeitas.

A presença de D. João, de seus antepassados, de sua rainha, da rainha sua mãe se espraia por inúmeras estrofes. A lembrar a proposta estática que acompanha o reinado joanino, a separação de classes é absoluta. Cada indivíduo tem o seu lugar e dele não sai, pois como aponta o historiador nunca os exames de pureza de sangue foram tão atentos como no reinado joanino, sendo desqualificado para o recebimento das ordens todo aquele que tivesse sangue negro, judeu ou trabalhador manual entre seus ascendentes; e o poema do carmelita é sensível às diferenciações, até mesmo na adjetivação que empresta às personagens. O Sargento-mor Pascoal de Lima, que conduz as canoas até o destino, é um *commoner*, nascido em Pernambuco e o encômio à sua



peessoa, ainda que sonante, não é do mesmo cariz daquele dispensado ao Governador, muito menos à pessoa do rei e das duas rainhas.

Mas, se o poeta tem um compromisso civil, tem-no também religioso e mantém invejável equilíbrio entre Estado e Religião, falando bem de todas as Ordens religiosas e dos representantes do Estado. Igualmente longas são as passagens que enaltecem tais Ordens e os seus representantes nas diversas missões pelas quais passam os viajantes. Observa Torres que Dom João V deve primordialmente aos carmelitas calçados de Belém a ocupação dos rios Negro e Branco, assim como do Solimões e que, se Frei Pedro de Santo Eliseu estivesse a compor uma epopeia carmelitana tendo por objeto a área desses mesmos rios, não estaria decerto equivocado, como o demonstra a vária correspondência trocada entre o rei, o Conselho Ultramarino, o vice-provincial Frei Vitoriano Pimentel e os mais carmelitas em Belém. Optou, todavia, o poeta pelo elogio equânime de todas as ordens, na pessoa dos vários missionários que o receberam, dado que se percebe em várias passagens do texto que Frei Eliseu, ainda jovem, participou do excuro até Nova Cartagena, ponto terminal da viagem.

Se bem que o princípio da harmonia marque toda a viagem, os confrontos com os espanhóis no Solimões, que se prolongaram para além de 1714, mereceram alguma censura do padre-poeta. Para Torres esta álea da guerra poderia explicar o diferir por tantos anos do término ou da publicitação do poema. Com o ambiente de paz reinante nos territórios ibéricos em 1746 – data do apógrafo encontrado –, tal impedimento deixara de existir. Não tendo conseguido descobrir se a não-publicação do poema (admitindo-se que estava pronto) teria ficado a dever-se a alguma reserva da própria Ordem, à falta de patrocínio editorial ou à frequente demora no processo de autorização em Lisboa, o investigador gaúcho aponta um aspecto que, sem dúvida, afetaria tal autorização: uma notável passagem em que o sacerdote-poeta, descurando-se da autocensura, afirma abertamente que a catequese só se obtém através de dádivas ou do temor à espada (*Viagem*, estrofe 146). Tal observação haveria de ser forçosamente eliminada pela censura! Considerada a oitava mais importante de todo o poema, Torres nela assinala a sinceridade de Frei Eliseu ao confessar o malogro da missão. Em contrapartida, observa que o poeta foi muito “político” ao silenciar os conflitos de interesse entre as várias Ordens, todas interessadas em apropriar-se da mão-de-obra indígena para coleta das especiarias amazônicas. Enfim, cabe lembrar que no ano de 1746 ocorreu o primeiro derrame sofrido por Dom João V e que a era pombalina que lhe se seguiu seria inóspita a qualquer forma de elogio às Ordens religiosas.

Algo merece também ser dito sobre a presença no poema de um duplo maravilhoso. Maiormente marianista, de acordo com a cultura religiosa da época, o maravilhoso cristão se adensa no terço final do poema com a celebração aparatosa da missa e algumas notas da teologia e da hagiologia católicas. O maravilhoso pagão é o dos deuses e deusas marítimos e é tão forte a tradição do código estético marítimo que o padre-poeta não hesita em transformar os rios em oceano povoado com as deidades da mitologia clássica, cuja função primeira é o socorro aos nautas. Todavia, através das deusas marinhas, eros está presente, se bem que o erótico linfático na pena de um sacerdote da Igreja pós-tridentina e militante nada tenha da fulgência da Ilha dos Amores camoniana; e as deusas marinhas estão, ademais, à sombra do poder da Virgem Maria, saudada ao início da partida e invocada em todos os perigos. Perigos reais aumentados pela pena do poeta, que tem noção da pequenez dos fatos: a condução rio acima de uns poucos súditos, provavelmente mestiços, do rei espanhol. Na ausência de maiores riscos no plano real, recorre-se à magnificação dos fatos, ao *fingimento* que o gênero épico não repele. E é a ficção que transforma as nativas embarcadas em damas e os nautas da tropa em gentis cavalheiros, com alguma ponta de sal, mas ainda assim comedidos no diálogo amoroso com elas.

Como se pode ler no estudo introdutório, outra preocupação relevante do autor é com a realidade do meio. O prospecto informativo do continente sul-americano o leva até mesmo a mencionar lugares, como Callao e Lima, sobre o Pacífico, por onde, nem de longe, passou a flotilha fluvial. O poema constitui, assim, uma espécie de breve resenha corográfica de áreas não portuguesas da América Meridional, o que é um traço de ilustração geográfica que, de algum modo, preludia o americanismo de Sousândrade, no *Guesa*. Apontando na direção iluminista, essas preocupações científicas do sacerdote, a despeito da forma barroca, são contudo mais corográficas que poéticas.

Do trajeto percorrido pelos viajantes, há notações de antropologia social de apreciável interesse, em que se destaca a descrição do processo de achatamento lateral da cabeça dos Cambeba, tornadas mais altas e bicudas e, é óbvio, que esse fenômeno da cultura indígena dos Solimões encontra a reprovação de Frei Eliseu, cuja visão é eurocêntrica. O padre-poeta expende muitas outras observações sobre o meio, tais como o enterramento da mandioca à margem do rio para ulterior utilização, a cor e a temperatura das águas, os troncos de árvores que, arrancados às margens, se chocam com as embarcações. E nisso, evidencia-se o choque entre a observação do real sobre o curso amazônico e a idealidade da viagem marítima conforme ao código estético preexistente.

Surgem, assim, peixes, quelônios e mamíferos (o peixe-boi macho e fêmea); aves e animais silvestres de terra firme. E passagens há de bom humor e de jogos de palavras tão comuns no barroco. Até mesmo o bodó, aquele peixe que se enterra no lodo dos rios amazônicos faz a sua aparição meio faceta.

Dotado de erudição clássica, religiosa e histórica, o poeta expõe, por vezes com apreciável interesse, fatos da natureza. Mas também claudica na vertente explicativa: é o déficit de uma cultura de tradição apriorística, acentuadamente escolástica, em face de uma natureza diversa. Ainda assim, a ressaltar a postura assumida de denegação das Amazonas, como fato existencial. Ainda, como não é raro no gênero épico, o poeta é assaz seletivo do material poemático. Isso mesmo a obedecer a múltiplas conveniências e limitações.

A epopeia, de regra longa, tem estreitas relações com o poder; serve-os mais das vezes. É estamental e, assim, está sujeita ao risco da mudança política. Socorre-a o mérito literário, quando o tem. Em não o tendo, é apenas documental. Neste caso, o poeta relega – quase omite – a população leiga, o morador ou colono. Há apenas uma breve passagem em que a flotilha, rio acima, cruza com um carregamento de coletores leigos de cacau, rio abaixo. Na realidade, num curso de seis meses, terá cruzado com muitos mais, tanto de leigos quanto de ordenados, tendo em conta a competição aguda entre todos pela riqueza

natural da coleta, naquela sociedade destituída das práticas econômicas de transformação (só se produzindo a farinha de consumo local). Faz-se outrossim uma única e velada alusão à coleta (proibida, mas sempre desobedecida) do cacau úmido, que exorbita da massa do cacau devidamente seco.

O ensaio introdutório de Torres se ocupa ainda da *Muhuraida ou O Triunfo da Fé*, de Henrique João Wilkens, que, datada de 1775, é, por excelência, a epopeia mariana da Amazônia, exacerbando outrossim valores teóricos da fisiocracia. São inúmeros os paralelos que o estudioso traça entre os dois poemas. Para o historiador gaúcho, no contexto geral da epopeia da América Portuguesa, a *Viagem* de Frei Pedro de Santo Eliseu deve ser vista como o grande elogio do reinado absoluto de Dom João V, mais aparente na tópica dos meios discursivos do que em qualquer teorização desse mesmo poder. Não resta, porém, dúvida que o seu ensaio e o poema setecentista do carmelita que publicou possuem grande interesse histórico e literário.

VANIA PINHEIRO CHAVES

Universidade de Lisboa

Recebido: 03/07/2017

Aprovado: 31/08/2017

Contato: vaniachaves@netcabo.pt
(Vania Pinheiro Chaves)